

A PESCA ARTESANAL FRENTE ÀS INSTITUIÇÕES SOCIAIS MODERNAS E OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Rodrigo Rodrigues de Freitas¹ (rodrigo.manejo@gmail.com)

Sônia Regina da Cal Seixas² (srcalseixas@gmail.com)

Resumo

Os desafios da pesca artesanal encontram-se inseridos em um contexto de modernidade e globalização que afetam diretamente os dois problemas dos recursos de propriedade comum: a exclusão de potenciais usuários e o uso conjunto do recurso. A globalização nas zonas costeiras vem gerando um aumento na quantidade de *outsiders* em contextos locais, que possui implicações nos direitos de apropriação aos recursos pesqueiros. A modernidade e seu conseqüente caráter destradicionalizante, rompem os laços sociais e aumentam a probabilidade de situações de ações onde há predomínio da lógica individual. Estes desafios contemporâneos são analisados à luz do enfoque da Teoria do Desenvolvimento Territorial. Sugerimos que os critérios que balizam os resultados do desenvolvimento sejam voltados para melhorias na qualidade de vida.

Palavras-chaves: *Commons*, Modernidade, Globalização, Desenvolvimento Territorial, Pesca Artesanal.

Abstract

The challenges of artisanal fishery are inserted in a context of modernity and globalization that affect directly the two problems of common property resources: exclusion of potential users and the join use of resource. Globalization in coastal zones has been generating an increase in quantity of outsiders in local context that has implications in fishery resources property rights. Modernity and their consequently lack of tradition character, break social ties and increase the probability of actions situations where has a predominance of individual logic. These contemporary challenges are analyzed in the light of Territorial Development Theory approach. We suggest that the criteria to guide the development results been directed to improvements in the quality of life.

¹ Doutorando em Ambiente & Sociedade, Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

² Professora e pesquisadora do NEPAM/UNICAMP e do Doutorado Ambiente & Sociedade, NEPAM-IFCH-UNICAMP. Bolsista de Produtividade CNPq 2.

Keywords: Commons, Modernity, Globalization, Land Development, Artisan Fishing.

Introdução

O pescador artesanal que vive na zona costeira enfrenta desafios relacionados a ecossistemas vulneráveis impactados pela atividade urbano-industrial intensiva e desordenada, especulação imobiliária, pesca predatória e um modelo de turismo de massa apoiado em grandes *resorts* e condomínios de luxo (VIEIRA, 2003). Mesmo assim, algumas políticas públicas consideram o recurso pesqueiro de maneira desarticulada com os demais vetores de mudança no meio biofísico e o pescador artesanal como portador de uma tradição inabalável. Neste artigo, a pesca artesanal será tratada através da abordagem dos recursos de propriedade comum, a qual se aplica também aos oceanos, águas interiores, fauna silvestre e florestas.

O recurso de propriedade comum foi historicamente considerado como passível de exaustão, uma vez que a condição difusa de propriedade conduziria a ausência de controle no regime de acesso e uso destes recursos (NORTH e MILLER, 1971). A conclusão inevitável que autores como GORDON (1954) e HARDIN (1968) chegaram seria que, no curto prazo, havendo maior demanda para utilização do que a capacidade de renovação, o sistema colapsaria. A recomendação decorrente da “tragédia dos comuns”, e seguida por muitos países em desenvolvimento, foi a privatização ou estatização dos recursos visando a maior eficiência no seu controle (DIETZ *et al.*, 2002).

O pressuposto de que a propriedade governamental e privada constituem as únicas soluções universalmente aplicáveis à tragédia dos comuns foi seriamente contestado pela documentação de experiências históricas (OSTROM, 1990; BROMLEY, 1992; FEENY *et al.* 1990; SMITH e BERKES, 1993;

FEHR e LEIBBRANDT, 2008). A conclusão destes estudos é que esta classe de recursos é caracterizada por dois problemas, a exclusão e a subtração, e que existem quatro regimes em que estes recursos são apropriados: livre-acesso, privado, estatal e comunal. Tratam-se, todavia de tipos ideais, na medida em que normalmente a gestão de um recurso comum tende a fazer uso de uma combinação de um ou mais desses quatro tipos (BERKES, 1996). Porém, somente o livre-acesso conduz a situações insustentáveis, o qual foi confundido com o regime de apropriação comunal pelos propositores da hipótese da tragédia dos comuns. Um aspecto chave para a gestão de recursos de propriedade comum é o ajuste das instituições aos ecossistemas (KALIKOSKI *et al.*, 2002; FOLKE *et al.*, 2007).

O conceito de instituição relacionada à gestão de recursos naturais compreende as restrições formais (normas, leis, constituições), restrições informais (normas de comportamento, convenções e códigos de conduta auto-impostos), e as características de seus mecanismos de cumprimento (NORTH, 1990). Trata-se do corpo de regras, regulações e processos que guiam a gestão (OSTROM, 1990). O regime de apropriação comunal é composto por regras essencialmente informais (não escritas) e baseadas no Conhecimento Local, as quais definem o acesso e o uso aos recursos de propriedade comum. Aspectos ligados ao longo tempo de convivência em comunidades fizeram com que se desenvolvessem regras locais, sendo que muitas foram eficientes para garantir a sustentabilidade de longo prazo na utilização dos recursos (BERKES *et al.*, 1995). O contexto de isolamento geográfico e a manutenção da tradição desempenharam um papel importante em alguns casos exitosos de apropriação comunal (BERKES, 1996).

Regimes de propriedade comunal, como sistemas de manejo de recursos coletivos, desenvolvem-se quando um grupo de indivíduos é altamente

dependente do recurso ou ele é muito limitado (OSTROM, 1990; BROMLEY, 1992). Sistemas de propriedade comunal não se desenvolvem onde o recurso é abundante, pois a natureza do problema é que respostas individuais não são suficientes, ou seja, trata-se de como se organizar para mudar de uma situação de ação individual para uma situação de ação coletiva (BERKES *et al.*, 2001).

O desenvolvimento de uma Teoria da Ação Coletiva passou a explicar como as instituições são estabelecidas, mantidas e relacionadas aos corpos estatais nos arranjos de tomada de decisão (BERKES *et al.*, 2001). A problemática da ação coletiva está associada ao desafio de evoluir de uma situação dominada por indivíduos agindo exclusivamente em função de interesses pessoais, para outra, na qual prevalece a busca de maiores benefícios e menores custos para todos os envolvidos (VIEIRA, 2006).

A pesca artesanal, gerida através do regime de apropriação comunal, vem sendo rapidamente alterada em função de dois fenômenos contemporâneos, a globalização e a modernidade. A globalização afeta diretamente o problema da exclusão, que se caracteriza pela dificuldade relacionada a manter o acesso ao recurso restrito a uma comunidade identificável de usuários (BERKES, 1996). O aumento no fluxo das migrações e na troca de bens e serviços são elementos deste fenômeno. A modernidade vem alterando a efetividade dos mecanismos culturais de controle coletivo no acesso e nos usos do recurso. A modernidade está relacionada à hegemonia da racionalização e da reflexividade inclusive nos aspectos mais íntimos do indivíduo (GIDDENS, 2002; TOURAINE, 2002 e 2007), gerando um processo de afastamento da tradição (GIDDENS, 1997).

A primeira hipótese que desenvolvemos é de que o afastamento da tradição e conseqüente rompimento de laços sociais gerados por esse processo aumentam as probabilidades de ocorrerem situações de ação predominadas

pela lógica individual do sujeito. O modelo da opção racional, defendido pela teoria convencional da economia de recursos, apresenta-se válido em condições de baixa comunicação face-a-face capaz de gerar confiança e reciprocidade, os quais são elementos-chave para o estabelecimento de instituições efetivas (OSTROM, 2010; POTTETE *et al.*, 2010). O predomínio do individualismo, e seu decorrente afastamento da ação coletiva, favorecem situações de livre-acesso em recursos de propriedade comum.

Visando combater os efeitos perversos gerados pela globalização, vem sendo desenvolvidas pesquisas sobre o fenômeno territorial do desenvolvimento (PECQUEUR, 2009). Abandonados pelo Estado durante a crise gerada pelo pós-guerra, territórios cujos recortes extrapolam fronteiras geopolíticas, organizaram-se em agrupamentos produtivos autônomos e, através de soluções criativas, afirmaram-se em diversos mercados (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006). No fundo este processo resultou na formação de sujeitos capazes de gerar ação coletiva e, no que diz respeito aos recursos de propriedade comum, evitar situações de livre-acesso.

Assim, iniciamos nossa argumentação abordando a influência crucial da modernidade na ação coletiva, a qual afeta diretamente o problema da subtração, sendo posteriormente discutida a influência da globalização no problema da exclusão. Por fim são apresentadas algumas alternativas teórico-metodológicas para lidar com estas questões contemporâneas, baseadas nas contribuições do desenvolvimento territorial.

Modernidade, Destradicionalização e Individualismo

Bens públicos, como a paz mundial, conhecimento e ondas de rádio, não compartilham com os recursos de propriedade comum o problema da subtração, pois seu uso compartilhado não implica na redução de futuros retornos para os usuários (OSTROM, 2005). A modernidade foca a análise sobre o sujeito em relação a categorias sociais importantes para a gestão de recursos de propriedade comum. O problema da subtração é aquele que possui maior potencial de tornar-se agudo com a modernidade em função do seu caráter destradicionalizante. O sujeito moderno, desvencilhado de ameaças divinas e portador de uma racionalidade perturbadora, possui maior sensação de liberdade das suas escolhas, e uma delas recai no individualismo (TOURAINE, 2007). A postura individualista é claramente oposta às normas que regem o comportamento coletivo dos usuários em regimes de apropriação comunal (HANNA e JENTOFT, 1996). A perda da tradição da pesca artesanal não é sinônima de livre-acesso, dado o potencial de adaptação das populações locais. Nesse sentido, estamos explorando os mecanismos modernos de enfraquecimento dos laços sociais geradores do comportamento individualista e a sua relação com a pesca artesanal.

No Brasil, o tratamento jurídico dado aos pescadores artesanais, enquanto populações tradicionais colocam este grupo social em um dilema: permanecerem como autênticos e, portanto, sem condições de autodeterminação, ou incorporarem na sua cultura elementos da modernidade, o que leva os seus direitos a serem contestados (DIEGUES e ARRUDA, 2001). De acordo com GIDDENS (1991, p.38): *“A tradição não é inteiramente estática porque ela tem que ser reinventada a cada nova geração conforme esta assume sua herança cultural dos precedentes”*. As instituições modernas diferem das ordens sociais anteriores pelo seu dinamismo, interferência nos hábitos e costumes tradicionais e o seu impacto global (GIDDENS, 2002). Quanto mais a tradição

perde terreno na constituição do sujeito, mais estes são forçados a escolher um estilo de vida a partir de uma diversidade de opções. Logicamente questões relacionadas à classe social limitam o leque das opções, assim como existem influências padronizadoras da criação capitalista de mercadorias. Porém a formação da auto-identidade reflexivamente planejada parece assumir uma posição central na análise da modernidade. Desta forma, a modernidade altera a tradição da pesca artesanal, porém, esta alteração compromete o uso dos recursos pesqueiros ou somente modifica as suas características?

O conceito de tradição enquanto meio organizador da memória coletiva (GIDDENS, 2002) oferece pistas para explicar as conseqüências do fenômeno da destradicionalização na pesca artesanal. Existem dois tipos de memória, a memória-hábito e a memória-lembrança, sendo através desta última que as culturas com tradição oral transmitem a sua história (BOSI, 1983). Em muitas comunidades locais, como por exemplo, de pescadores, existem indivíduos responsáveis pelo trabalho de memorar, denominados guardiões da tradição (GIDDENS, 2002) ou memorialista (THOMPSON, 1992). Cabe a estes indivíduos, relatar aos mais jovens, histórias de fartura e de crises na pesca, bem como os motivos que levaram a estas situações, que podem estar associados a fatores ambientais, de alteração na tecnologia de captura ou a mudanças institucionais. Estas informações foram transmitidas ao memorialista por outros guardiões, podendo haver histórias que remontam centenas de anos.

Cientistas naturais necessitam de um “*baseline*” para monitorar a qualidade ambiental de um ecossistema, a partir do qual são coletadas e analisadas dados do ambiente físico e biótico. Porém, a atual estrutura do ecossistema a ser monitorado é provavelmente inferior em termos quali e quantitativo a existente no passado. Além disso, os dados sobre a biota e o meio físico a serem obtidos, apresentarão uma trajetória muito recente, onde o papel

ativo do pescador artesanal talvez não seja mais tão significativo dependendo do contexto.

São em relatos presentes na tradição da pesca artesanal que podem ser encontrados eventos significativos que ocorreram em determinados contextos históricos, bem como os mecanismos que os desencadearam. Dada a complexidade, incerteza e as dinâmicas de natureza não-linear envolvida na pesca, este tipo de informação pode ser crucial para gestão, pois resguarda os atuais usuários a não repetirem o mesmo erro de seus antepassados. Lições da literatura sobre recursos de propriedade comum indicam que instituições no nível local podem aprender e desenvolver a capacidade de responder às respostas ambientais e às surpresas mais rapidamente do que agências centralizadas (OSTROM, 1990). Muitos sistemas de gestão realizados no nível local monitoram e interpretam a dinâmica de ecossistemas complexos para assegurar o fluxo de recursos, diferindo substancialmente do sistema convencional (FOLKE *et al.*, 1998).

Porém, a efetividade deste sistema tradicional depende da capacidade de aprendizagem coletiva para interpretar as narrativas e correlacionar com a situação presente (WILSON, 2002). A aprendizagem social veio a ser considerada como uma característica definidora da gestão adaptativa (HOLLING, 1978; WALTERS, 1986). Segundo BERKES (2009), tem se tornado aceito que as organizações e os indivíduos aprendem, mas a aprendizagem em sistemas sociais maiores permanece controversa. A aprendizagem social é um processo de reflexão interativa que ocorre quando experiências e idéias são divididas com outros (KEEN *et al.*, 2005). Na literatura dos sistemas socioecológicos, processos de aprendizagem auto-organizados emergem de temas maiores como colaboração, tomada de decisão conjunta e co-gestão (FOLKE *et al.*, 2005). O conceito de “comunidades de prática” (WENGER, 1998)

ênfatiza o aprendizado-como-participação e a importância de práticas compartilhadas, sendo este conceito particularmente apto para descrever o que realmente ocorre na evolução da cooperação (BERKES, 2009).

Para tratarmos do aprendizado-como-participação em contextos de extrema desigualdade social, é preciso que sejam estabelecidas pré-condições para o diálogo das comunidades com o Estado (PINKERTON, 2003; CHUENPAGDEE e JENTOFT, 2007). A pesca artesanal, principalmente na zona costeira, compartilha o mesmo espaço com indivíduos e organizações altamente capitalizadas e cujos interesses encontram-se representados junto ao poder público. Nessas situações, muitas vezes a lei limita sua preocupação com o excluído para mantê-lo fora de seu domínio, sendo que a condição de excluído reside justamente no fato de não haver leis que se apliquem a ele (BAUMAN, 2005).

As modificações geradas na pesca artesanal pelo processo de destradicionalização estão associadas a capacidade dos pescadores em participarem enquanto atores sociais da construção de alternativas para a pesca baseadas em informações do passado. A sociedade pós-tradicional é detentora de uma dúvida radical e de um olhar para o futuro, que os leva a contemplar com certo menosprezo as informações contidas na memória-lembrança. Pior, é através de uma confiança cega em um sistema abstrato pouco compreendido, que se credita no conhecimento técnico e, sobretudo, na técnica, a solução para superação das crises socioambientais criadas pela própria razão instrumental (GIDDENS, 1997).

A destradicionalização gerada pela modernidade está relacionada a alguns elementos associados aos mecanismos de desencaixe das relações sociais dos contextos locais, denominados de fichas simbólicas e sistema peritos (GIDDENS, 1997 e 2002). As fichas simbólicas são meios de troca que têm um

valor padrão, sendo assim intercambiáveis em diversos contextos (como por exemplo o dinheiro). O sistema peritos são conhecimentos técnicos que possuem validade independente dos praticantes, e que se estendem às relações sociais. Na modernidade há uma aceleração na produção do conhecimento e a ciência e a tecnologia são atores fundamentais na estruturação social. É com a política do conhecimento na sociedade de risco que o sistema peritos se fortalece.

Para BECK (1992), a técnica e a ciência são a estrutura do sistema capitalista. Na sociedade de risco, quem detêm o controle são os donos do conhecimento e não os donos dos meios de produção. Ambos os sistemas (fichas simbólicas e peritos) dependem da confiança que as pessoas depositam neles para que funcionem, sendo que o caráter reflexivo da modernidade permite que se tome a decisão de confiar ou não nestes sistemas. Esta confiança está relacionada à segurança psicológica de indivíduos e grupos, pois, uma vez rompidas às relações de poder e do sagrado presentes na tradição, são necessários novos elementos para os sujeitos afirmarem sua identidade frente à sociedade.

Porém, é no dinheiro que se confia, e não nas pessoas com as quais as transações são efetuadas. O dinheiro esvazia o conteúdo das relações (SIMMEL, 1987). Não se confia tanto no arquiteto que constrói a casa, mas na autenticidade do conhecimento perito que ele aplica em algo que não podemos realizar por nós mesmos. Os indivíduos em sociedades pré-modernas poderiam ignorar os pronunciamentos dos sábios, sacerdotes e feiticeiros e seguir as suas vidas, porém, na modernidade ninguém pode optar por sair completamente dos sistemas abstratos (GIDDENS, 1997). Estes dois mecanismos de desencaixe removem as relações sociais das imediações do contexto. Com isso cresce a lógica da ação econômica e argumenta-se que a economia não trata

necessariamente de dinheiro; ela é, antes de mais nada, o estudo científico das opções (YEARLEY, 1996).

Outro elemento constituinte da natureza das instituições sociais modernas refere-se à reflexividade: *“A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter”* (GIDDENS, 1991: p. 39). A reflexividade é introduzida na base de reprodução do sistema tornando o pensamento e a ação refratados entre si: *“Não se sanciona uma prática por ela ser tradicional; a tradição pode ser justificada, mas apenas à luz do conhecimento, o qual, por sua vez, não é autenticado pela tradição”* (Ibid: p. 39). A reflexividade está associada a auto-confrontação, seja de idéias, de movimentos sociais ou de políticas.

O capitalismo e o industrialismo são dimensões envolvidas nas instituições sociais modernas: *“O capitalismo é um sistema de produção de mercadorias, centrado sobre a relação entre a propriedade privada do capital e o trabalho assalariado sem posse de propriedade, esta relação formando o eixo principal de um sistema de classes (...). O industrialismo pressupõe a organização social regularizada da produção no sentido de coordenar a atividade humana, as máquinas e as aplicações de produções de matéria-prima e bens”* (GIDDENS, 1991; p. 53). A crítica ao modo de vida da sociedade industrial produtora do individualismo (ILLICH, 1973) aparece aqui de forma mais estruturada. As transformações das tecnologias da comunicação geradas pelo industrialismo contribuíram para a globalização cultural (YEARLEY, 1996), sendo este um elemento essencial da reflexividade da modernidade e das discontinuidades que destacaram o moderno para fora do tradicional (GIDDENS, 1991).

As instituições sociais modernas apresentadas são extensivamente difundidas e universalizadas por meio de processos de globalização

(GIDDENS, 1995). Segundo GIDDENS (1991), a globalização é um mero resultado do projeto de modernidade: *“Na era moderna, o nível de distanciamento tempo-espço é muito maior do que em qualquer período precedente, e as relações entre formas sociais e eventos locais e distantes se tornam correspondentemente “alongadas”.* A globalização se refere essencialmente a este processo de alongamento, na medida em que as modalidades de conexão entre diferentes regiões ou contextos sociais se enredaram através da superfície da Terra como um todo” (p. 60). Assim, evidentemente, a relação direta entre o problema da subtração e a modernidade, assim como o problema da exclusão e a globalização são altamente permeáveis e interferem-se mutuamente. O enfoque sobre a globalização discutido a seguir, refere-se a sua relação com as instituições e o problema da exclusão.

A Globalização e o Problema da Exclusão

Para BAUMAN (2004), as acusações de transgressão das normas, principalmente na Europa, são normalmente direcionadas para os forasteiros. Não aquele forasteiro capitalista, cuja permanência no lugar é sinônima de abundância econômica, mas os forasteiros em busca de emprego, de uma nova oportunidade na sua vida e de sua família. A chegada de refugiados na Europa é um caso mais extremo, que assombra boa parte da opinião pública da classe média. Os refugiados são indivíduos sem pátria, por terem sido excluídos da sua e não terem sido acolhidos por outra nação. Vivem em uma situação de permanente transitoriedade e os Estados que os recebem vêem nisso sua principal fraqueza. Na opinião de outros, como o movimento *“sans papier”* (sem papel) da França, esta condição expressaria a vanguarda da modernidade.

Porém, se o “problema do estrangeiro” para as nações desenvolvidas vem recebendo um tratamento ligado a segurança pública, sendo, muitas das vezes, associada ao terrorismo, não há sinais que indiquem uma melhora nessa situação. Segundo a Organização Internacional de Migração, em 1994, 120 milhões de pessoas migraram de um país para o outro, legal e ilegalmente (HOCHSCHILD, 1994). A globalização, enquanto fenômeno econômico e cultural tende a aumentar as migrações, porém as fronteiras serão flexibilizadas para potencializar as trocas entre os diferentes povos que habitam a comunidade global de Kant? Os “*outsiders*” são sempre uma ameaça aos “estabelecidos” (ELIAS e SCOTSON, 2000).

Os estabelecidos criam estereótipos dos *outsiders*, tornando-os culpados até que se prove ao contrário (BAUMAN, 2004). Atualmente a presença de *outsiders* em diversos contextos comunitários é permanente e cotidiana e os próprios estabelecidos foram os *outsiders* de ontem e poderão ser os de amanhã. Se o problema da exclusão de potenciais usuários de recursos de propriedade comum tende a aumentar com a globalização, o descumprimento das regras não diz respeito somente aos *outsiders* identificados por ELIAS e SCOTSON (2000).

No Brasil, o problema da exclusão na pesca artesanal é apresentado por alguns estudos de caso (KALIKOSKI *et al.*, 2002; SEIXAS, 2004), onde um vetor importante foi a oficialização do livre-acesso na década de 60 pela geração de carteiras de pesca emitidas pela SUDEPE (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca), que permitem a qualquer cidadão brasileiro pescar em qualquer lugar dentro do território nacional (DIAS-NETO, 2010). Desta forma, a gestão da pesca artesanal a partir deste quadro de modernidade e globalização significa pautar questões acerca da escala de gestão (BERKES, 2002, 2007, 2008; DIETZ *et al.*, 2003), mas também definir uma estratégia voltada

para o desenvolvimento de forma mais ampla, a qual necessita ser robusta e direcionada a estes problemas.

Qual a Saída?

O Desenvolvimento Territorial surge como uma estratégia de valorização das singularidades ambientais e culturais frente à homogeneização presente no mundo globalizado. Trata-se, de oferecer respostas diferenciadas e inovadoras através de ações públicas para se enfrentar os novos desafios que estão sendo colocados pela globalização caracterizada pela mobilidade internacional dos capitais (VIEIRA *et al.*, 2006). A assimetria gerada pela globalização potencializa as riquezas e perpetua a situação dos espoliados, gerando um fosso socioeconômico ainda maior entre as regiões (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006). Os Estados-Nações são enfraquecidos nas trocas mundializadas e as atuações das firmas transnacionais (apátrias) escapam a sua lógica. No setor agrícola dos países latino-americanos, os impactos da globalização foram associados ao aumento das exportações e das importações (REQUIER-DESJARDINS *et al.*, 2006). Segundo ANDION *et al.* (2006; p.203), os estudos de Desenvolvimento Territorial *“defendem uma teoria do desenvolvimento de “baixo para cima”, onde as comunidades locais se mobilizam para valorizar suas especificidades, diante de um processo de globalização crescente”*.

Contrastando com os enfoques tecnocráticos presentes no desenvolvimento regional e no ordenamento territorial que estabelecem o espaço de planejamento com base nas condições ambientais, o desenvolvimento territorial propõe que o território seja fruto de um projeto comum entre os atores. As relações de proximidade, os vínculos culturais e familiares e os recursos ambientais são chaves para a criação de ativos territoriais, passíveis de

criar uma renda de qualidade territorial aos atores participantes deste projeto. Através desta modalidade de produção, o território passa a receber uma reputação, que reforça o sentimento de identidade com o lugar entre os sujeitos. Este não é um processo “dado”, mas construído, através do diálogo negociado entre os atores que compõe o território. É neste processo participativo que a abordagem territorial de desenvolvimento abre espaço para sustentabilidade, a qualidade de vida e a subjetividade em contraposição aos cenários de anomia social presentes na sociedade moderna e globalizada.

Os efeitos sentidos pelos sujeitos do processo de desenvolvimento em relação às mudanças no meio biofísico construído pelo homem e nas relações sociais modernas só podem ser capturados por meio de políticas públicas que considerem a subjetividade. O valor que cada indivíduo atribui aos diferentes elementos presentes em sua vida cotidiana condiciona suas preferências e ações, sendo fruto de um processo histórico relacionado à construção das identidades individuais e coletivas. No estudo de recursos de propriedade comum, essa temática tem sido abordada pela análise do nível micro-situacional, sendo considerado um eixo importante de pesquisas futuras (OSTROM, 2010 e POTTETE *et al.*, 2010). Qualidade de vida é um conceito complexo por definição, incluindo a satisfação das necessidades, desejos e aspirações dos indivíduos e da sociedade. É preciso, porém, ater-se aos referenciais éticos do desenvolvimento (SACHS, 1983), para evitar a relação entre qualidade de vida e consumo, uma vez que incidiríamos em uma utopia irrealizável. A qualidade de vida pode ser entendida a partir de três eixos (FERREIRA e SEIXAS, 2010): (i) satisfação e acesso a bens básicos; (ii) satisfação e acesso a bens fundamentais e; (iii) bens ético-políticos.

Estratégias territoriais de desenvolvimento na pesca artesanal incluem a promoção da qualidade do recurso pesqueiro (PECQUEUR, 20006), que

significa a captura de indivíduos em tamanho adulto e em um hábitat livre de contaminação. A garantia de um produto que se desenvolveu em um ecossistema natural e não confinado em tanques, possibilitaria uma diferenciação através da qualidade, fugindo da competição dos mercados de produtos padronizados. O camarão nativo, pescado no mar e em estuários, poderia, por exemplo, diferenciar-se do camarão exótico, criado em fazendas e gerando perdas significativas aos ecossistemas naturais.

Recursos pesqueiros advindos da pesca artesanal possuem um componente social e natural a ser agregado no valor do produto. Com isso, o consumidor exerce um papel ativo na escolha de um produto certificado, proporcionando um aumento da renda ao pescador artesanal, o qual poderia também incluir nesse processo o processamento do pescado. O turismo seria diretamente afetado por esta dinâmica, uma vez que as visitas advindas da reputação do território fortalecem o *cluster* já existente, reforçando a hipótese da cesta de bens e serviços territoriais. Essa dinâmica de aumento de renda, fortalecimento de identidades, formação de sujeitos e estabelecimento de parcerias para a governança territorial possibilita melhorias na qualidade de vida dos pescadores artesanais e respostas às situações de livre-acesso.

Considerações Finais

A análise do problema da subtração e da exclusão deve envolver os grupos sociais excluídos, muitas vezes compostos por *outsiders*, e considerar os fatores subjetivos que conduzem a lógica individualista. Assim, existem dois caminhos para a tradição da pesca artesanal. O primeiro é a sua defesa discursiva, justificando sua importância em um universo de valores competitivos plurais e o segundo consiste no abandono do diálogo e, em

contraposição a um contexto de dúvida radical, adotar o fundamentalismo. A perda da tradição comprometerá a pesca artesanal se não houver políticas públicas que recoloquem a sua importância e compreendam a sua fragilidade na ordem social pós-tradicional.

As abordagens teóricas oferecidas pela escola dos recursos de propriedade comum e da teoria do Desenvolvimento Territorial apresentam elevado potencial de complementaridade na análise de sistemas socioecológicos. Ambas estão preocupadas em pautar um marco de governança baseado na participação ativa dos usuários dos recursos, a qual é chave para reverter os processos de exclusão e livre-acesso gerado pela modernidade e a globalização.

Agradecimentos

Somos gratos as contribuições dos estudantes da disciplina “Qualidade de Vida em Sociedades Complexas” do primeiro semestre de 2011. Agradecemos a CAPES/Ciências do Mar pelo financiamento concedido a pesquisa na forma de bolsa de estudos.

Referências Bibliográficas

- ANDION, C.; SERVA, M.; LEVESQUE, B. (2006) O debate sobre a economia plural e sua contribuição para o estudo das dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável. *Eisforia*, v.4, n. especial, Florianópolis.
- BAUMAN, Z. (2004) *Amor líquido. Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BAUMAN, Z. (2005) *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: ZAHAR.

BERKES, F.; FOLKE C.; GADGIL M. (1995) Traditional ecological knowledge, biodiversity, resilience and sustainability. In: Biodiversity Conservation – Problems and Policies. Eds.: C.A. PERRINGS; K.-G. MÄLER; C. FOLKE; C. S. HOLLING ; B.-O. JANSSON. Kluwer Academic Publishers.

BERKES, F. (1996) Social System, Ecological System and Property Rights. In: *Rights to Nature: Ecological, Economic, Cultural, and Political Principles of Institution for the Environment*. Editors: Susan HANNA, Carl FOLKE, Karl-Göran MÄLER and Asa JANSSON. Washington, D.C. / Covelo, California, Island Press.

BERKES, F.; MAHON, R.; MCCONNEY, P.; POLLNAC, R.; POMEROY, R. (2001) *Managing small-scale fisheries: alternative directions and methods*. Ottawa, IDRC.

BERKES, F. (2002) Cross-scale institutional linkages: perspectives from the bottom up. In: *The drama of the commons* (Eds.: E. OSTROM et al.). Washington: National Academy Press.

BERKES, F. (2007) Community-based conservation in a globalized world. *Proc. Nat. Acad. Sci.* 104(39).

BERKES, F. (2008) Commons in a Multi-level World. *International Journal of the Commons*. 2(1).

BERKES, F. (2009) Evolution of co-management: Role of knowledge generation, bridging organizations and social learning. *Journal of Environmental Management* 90.

BOSI, E. (1983) *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. 9ª Ed. São Paulo, Companhia das Letras.

CARRIERE, J-P e CAZELLA, A.A. (2006) Abordagem Introdutória ao conceito de Desenvolvimento Territorial. *Eisforia especial*, Florianópolis.

CHUENPAGDEE, R., JENTOFT, S., (2007) Step zero for fisheries co-management: what precedes implementation. *Marine Policy* 31.

DIAS-NETO, J. (2010) Pesca no Brasil e seus aspectos institucionais – um registro para o futuro. *Revista CEPISUL - Biodiversidade e Conservação Marinha*. 1(1).

DIEGUES, A.C. e ARRUDA, R.S.V. (2001) *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília, MMA.

DIETZ, T.; OSTROM, E.; STERN, P.C. (2003) The Struggle to Govern the Commons. *Science Magazine Online Supplement*. 302.

ELIAS, N. e SCOTSON, J.L. (2000) Os estabelecidos e os Outsiders. *Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*, Rio de Janeiro, Zahar.

FEHR, E. ; LEIBBRANDT, A. (2008) Cooperativeness and Impatience in the Tragedy of the Commons. *IZA Discussion Paper* 3625.

FERREIRA, L.C. e SEIXAS, S.R.C. (2010) Intelectuais e cientistas na América Latina: A importância dos temas Subjetividade, Qualidade de vida e Risco. *Polis*, 27.

FOLKE, C.; HAHN, T.; OLSSON, P.; NORBERG, J. (2005) Adaptive governance of social-ecological systems. *Annu. Rev. Environ. Resour.* 30.

FOLKE, C, L. PRITCHARD, F. BERKES, J. COLDING, and U. SVEDIN. (2007) The problem of fit between ecosystems and institutions: ten years latter. *Ecology and Society* 12(1).

GIDDENS, A. (1991) *As consequências da Modernidade*. E. Unesp. São Paulo.

GIDDENS, A. (1997) A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, U. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. EDUNESP.

GIDDENS, A. (2002) *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar: 9 – 38.

GORDON, J.S. (1954) The economic theory of a common property resource: The fishery. *Journal of Political Economy* 62.

HANNA, S. e JENTOFT, S. (1996) Human use of the Natural Environment: An Overview of Social and Economic Dimensions. *In: Rights to Nature: Ecological, Economic, Cultural, and Political Principles of Institutions for the Environment.* (Orgs. S. S. HANNA; C. FOLKE & K. MÄLER).

HARDIN, G. (1968) The tragedy of the commons. *Science* 162.

HOCHSCHILD, A R. (2004) As cadeias globais de assistência e a mais-valia emocional. *In: HUTTON, W e GIDDENS, A. No limite da racionalidade. Convivendo com o capitalismo global.* Rio de Janeiro: Record.

HOLLING, C.S. (Ed.), (1978) *Adaptive Environmental Assessment and Management.* London, Wiley.

ILLICH, I. (1973) *A Convivencialidade.* Ed. F.L. de CASTRO. 137p. Publicações Europa-América.

KALIKOSKI, D.C.; VASCONCELLOS, M.; LAVKULICH, L. (2002) Fitting institutions to ecosystems: the case of artisanal fisheries management in the estuary of Patos Lagoon. *Marine Policy* 26.

KEEN, M., BROWN, V., DYBAL, R. (2005) *Social Learning in Environmental Management.* London, Earthscan.

NORTH, D. C. (1990) *Institutions, institutional change and economic performance.* Cambridge Cambridge University Press, .

OSTROM, E. (1990) *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action.* Cambridge, Cambridge University Press.

OSTROM, E. (2005) *Understanding Institutional Diversity.* Princeton, NJ: Princeton University Press.

OSTROM, E. (2010) Beyond Markets and States: Polycentric Governance of Complex Economic Systems. *American Economic Review* 100.

- PECQUEUR, B. (2006) Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. *Eisforia*, v.4, n. especial, Florianópolis.
- PECQUEUR, B. (2009) A guinada territorial da economia global. *Política e Sociedade*. 14. Florianópolis.
- PINKERTON, E. (2003) Toward Specificity in Complexity: Understanding Co-Management from a Social Science Perspective. In: WILSON, D.G.; Raakjaer NIELSEN, J.; DEGNBOL, P. (Eds.). *The Fisheries Co-management Experience: Accomplishments, Challenges and Prospects*. Dordrecht, Kluwer.
- POTTETE, A.R.; JANSSEN, M.; OSTROM, E. (2010) *Working Together: Collective Action, the Commons, and Multiple Methods in Practice*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- REQUIER-DESJARDINS, D.; BOUCHER, F.; CERDAN, C. (2006) Globalização, vantagens competitivas e sistemas agroindustriais localizados em zonas rurais de países latino-americanos. *Eisforia*, v.4, n. especial, Florianópolis.
- SACHS, I. (1983) Ambiente e estilos de desenvolvimento. In: *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. (Ed.: I. SACHS). São Paulo. Ed. Vértice.
- SEIXAS, C.S. (2004) Instituições e manejo pesqueiro: o caso da Lagoa de Ibiraquera. In: A. BEGOSSI (Ed.) *Ecologia dos Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia*. São Paulo, Editora Hucitec.
- SIMMEL, G. (1987) A metrópole e a vida mental. In: O. G. Velho (Ed). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SMITH, A.H.; BERKES, F. (1993) Community-based use of the mangrove resources in St. Lucia. *Int. Journal of Env. Studies* 43.
- THOMPSON, P. (1992) *A voz do Passado: História Oral*. Editora Paz e Terra S.A.
- TOURAINÉ, A. (2002) *Crítica da modernidade*. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

TOURAINÉ, A. (2007) *Um novo paradigma. Para compreender o mundo de hoje*. 3ª ed. Petrópolis, Vozes.

VIEIRA, P.H.F. (Org.) (2003) *Conservação da diversidade biológica e cultural em zonas costeiras: enfoques e experiências na América Latina e Caribe*. Florianópolis: APED.

VIEIRA, P.H.F. (2006) Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. *Eisforia*, v.4, n. especial, Florianópolis.

VIEIRA, P.F.; CAZELLA, A.A.; CERDAN, C. (2006) Desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos. *Eisforia*, v.4, n. especial, Florianópolis.

WALTERS, C.J. 1986. *Adaptive Management of renewable resources*. New York: McGraw-Hill.

WENGER, E. (1998) *Communities of Practice: Learning, Meaning and Identity*. Cambridge, Cambridge University Press.

WILSON, J. (2002) Scientific Uncertainty, Complex Systems, and the Design of Common-Pool Institutions. In: (Eds.: E. OSTROM, T. DIETZ, N. DOLSAK, P.C. STERN, S. STOVICH, e E.U. WEBER) *The Drama of the Commons*. Washington, National Academy Press.

YEARLEY S. (1996) *Sociology, Environmentalism, Globalization*. London, Sage Publications.